



O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: uma análise da prática e aplicabilidade no gerenciamento na Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Lajinha - Ltda

Guilherme Portes da Costa
gui_lajs@hotmail.com
Doctum

Joelma Aparecida de Souza Joaquim
joelmasouza79@hotmail.com
Doctum

Fernanda Matos de Moura Almeida
fernandamoura15@gmail.com
Doctum

Rafael Matos de Moura
rafaelmour@yahoo.com.br
Doctum

Resumo: O processo de harmonização contábil e convergência ao padrão internacional, possui papel fundamental no desenvolvimento de informações mais claras e compreensíveis. Esse processo quanto aplicabilidade, até sua completa assimilação por partes dos usuários, demanda qualificação profissional para identificação dos impactos contábeis decorrentes da adoção da nova regra, e na melhora da gestão dos processos internos. O presente estudo teve como objetivo verificar de que forma a Cooperativa Coocafé percebe o processo de Convergência das Normas Contábeis. O referencial teórico apresenta a evolução da contabilidade, informação contábil e o processo decisório, demonstrações contábeis e o processo de harmonização. A fim de responder o problema de pesquisa e os objetivos propostos, utilizou-se como metodologia a pesquisa descritiva e, bibliográfica, documental, de levantamento e estudo de caso, quanto aos procedimentos de coleta de dados. Foi elaborado um questionário pelos próprios pesquisadores, abarcando questões sobre a simetria informacional, questões práticas quanto à adaptação, elaboração das demonstrações contábeis e, divulgação e apresentação aos usuários (sócios). Com os resultados obtidos foi possível constatar que a cooperativa está engajada no sentido de acompanhar a evolução da contabilidade no cenário atual, entretanto, quanto a efetiva prática e

aplicabilidade do processo de convergência, é necessário um aprimoramento dos colaboradores.

Palavras Chave: Convergência Contábil - Harmonização - Práticas Contábeis - Coocafé -

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência social que estuda o comportamento das riquezas que integram o patrimônio da Entidade, em função das ações humanas (MARION, 2009). Segundo Neves e Viceconti (2004), a Contabilidade é um sistema de informação com a finalidade de munir seus usuários de dados que propiciem a avaliação da situação econômica e financeira da Entidade.

Niyama (2007), ressalta que por ser uma ciência social a contabilidade é influenciada pelo ambiente que atua, abrangendo variáveis culturais, sociais, políticas e econômicas, refletidas na evolução das práticas contábeis.

De acordo com Silva, Oliveira e Perez Jr. (2002), a Contabilidade está cada vez mais influenciada pelas normas vigentes em outros países, em função da globalização e abertura da economia brasileira, buscando a adaptação aos padrões contábeis internacionais.

O processo brasileiro de adoção das normas contábeis fundamentadas no padrão IFRS (*International Financial Reporting Standards*), teve efetivo início com as sociedades abertas e empresas de grande porte, a partir de 1º de janeiro de 2008, após a promulgação da Lei 11.638/07 (BARBOSA; DIAS; PINHEIRO, 2009).

De forma objetiva, este trabalho busca verificar de que forma a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Lajinha Ltda, percebe o processo de Convergência das Normas Contábeis. Assim, identificar a ocorrência de mudanças nas práticas contábeis na Coocafé mediante a Convergência das Normas Contábeis torna-se também objetivo da referida pesquisa.

Essa pesquisa justifica-se por sua relevância, atualidade e contribuição social, devido ao fato de que torna possível o contato com a prática de um processo discutido em nível mundial. Sendo assim, outro ponto a ser destacado como motivador da pesquisa, é a valorização da contabilidade e do profissional contábil, que passa a ser agente ativo nessa atual conjuntura.

Além desta introdução, o artigo conta com mais quatro seções. A segunda seção contém a fundamentação teórica, a terceira evidencia os procedimentos metodológicos utilizados. Já a quarta expõe a análise e discussão dos resultados e, finalmente, na quinta seção apresentam-se as considerações finais.

2 A CONTABILIDADE

Não se pode ao certo afirmar a época em que se iniciou a Contabilidade, entretanto, acredita-se que ela seja tão antiga quanto a origem do homem (FAVERO *et al.*, 1997). Corroboram Iudícibus e Marion (2002), que a contabilidade é tão antiga quanto a própria civilização – existe desde 4.000 anos a.C.

Segundo Marques (2006), o homem desde o seu surgimento procurou suprir suas necessidades a partir do controle do patrimônio, conhecendo a contabilidade empiricamente, de forma a utilizá-la como meio de melhorar o seu bem estar.

O desenvolvimento da contabilidade foi notório na Europa a partir do século XIII até o início do século XX, pois o continente experimentou nesse período um excepcional desenvolvimento comercial. Nesse período também, houve a disseminação da escola italiana de Contabilidade, que acabou influenciando praticamente todo o mundo até o começo do século XX (FAVERO, 1997).



Iudícibus *et al.*, (2010b), afirmam que o desenvolvimento da Contabilidade esteve atrelado ao surgimento do Capitalismo, representando uma forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial e industrial. Atualmente, em virtude desse desenvolvimento, o método contábil tem aplicação a qualquer tipo de pessoa física ou jurídica, que visa exercer atividades econômicas para alcançar seus propósitos.

A Contabilidade, ao longo de sua evolução histórica, tem se adaptado às circunstâncias e exigências do mercado para o qual desenvolve e aplica suas normas (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007). Nesse contexto a Contabilidade tem como objetivo principal, munir seus usuários de informações úteis para a tomada de decisões (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

Marion (2009, p. 28), cita que:

O objetivo principal da contabilidade, é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.

Ching, Marques e Prado (2007), salientam que as pessoas envolvidas em uma organização precisam constantemente de informações úteis e seguras a respeito da utilização de recursos e dos resultados econômicos obtidos. Corroborando, Lisboa *et al.*, (1997), que a informação é um dos bens de grande relevância em qualquer organização e base para tomada de decisões. Assim, para prosperar, uma empresa deve mudar continuamente em contrapartida ao desenvolvimento do ambiente ao redor, tais como mudanças nas necessidades dos clientes, avanços tecnológicos e novas normas governamentais (GOMES, 2006).

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas com o objetivo de fornecer informações úteis para o processo decisório e avaliações pelos seus usuários de forma em geral (BRAGA, 2009).

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas (BRASIL, 2007), ao fim de cada exercício social as empresas devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), substituída pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e, complementadas por Notas Explicativas (NE) e outras demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial.

- **Balanço Patrimonial:** O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, onde são evidenciados o Ativo (bens e direitos), o Passivo (obrigações) e Patrimônio Líquido (recursos aplicados) da entidade. Atesta a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010a).

- **Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA):** De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas (BRASIL, 2007), em seu artigo 186, a DLPA discriminará: o saldo inicial do período, ajustes de exercícios anteriores, correção monetária, reversões de reservas, lucro líquido, transferências para reservas, dividendos, parcela dos lucros incorporados ao capital e o saldo no fim do período.

- **Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE):** Para Braga (2009), a DRE deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e

perdas) num determinado período. Complementam Iudícibus e Marion (2002), que esta “é a principal demonstração de fluxo.”.

- **Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR):** O objetivo da DOAR é apresentar as modificações na posição financeira da empresa no início e término de cada exercício social (BRAGA, 2009). Com o advento da Lei 11.638/07 que reformulou alguns artigos da Lei 6.404/76, a DOAR deixa de ser uma demonstração obrigatória sendo substituída pela Demonstração de Fluxo de Caixa.

- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL):** Iudícibus e Marion (2002), salientam que essa demonstração evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido no período.

Para Braga (2009), do ponto de vista gerencial essa demonstração propicia uma análise mais adequada do comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando identificar as causas de sua evolução e involução.

- **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC):** A DFC visa mostrar como ocorrem as movimentações de disponibilidades em um determinado período de tempo, através de fluxos de recebimentos e pagamentos (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010a).

A DFC, segundo as práticas internacionais, deve ser subdividida em três tipos de fluxos de caixa: Fluxos das atividades operacionais, atividade de financiamento e de atividades de investimentos (MARION, 2009).

- **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A Demonstração do Valor Adicionado evidencia a riqueza produzida pela empresa (valores adicionados), a utilização dessa riqueza (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa (MARION, 2009).

- **Notas Explicativas (NE):** As Notas Explicativas deverão evidenciar os critérios de avaliação do patrimônio, das práticas contábeis adotadas, dos ajustes dos exercícios anteriores, reavaliações, ônus sobre ativos, detalhamento das dívidas de longo prazo, do capital e dos investimentos relevantes em outras empresas (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010a).

2.2 PADRONIZAÇÃO DOS REGISTROS

A contabilidade por ser uma ciência social aplicada, reflete nas práticas contábeis os efeitos decorrentes das variáveis culturais, políticas, históricas, econômicas e sociais de cada país. Assim, os critérios de reconhecimento e mensuração de um mesmo fato comprometem significadamente a comparabilidade das informações contidas nas demonstrações financeiras (AVELINO *et al.*, 2010).

Complementam Coelho e Lins (2010), que a maior preocupação da contabilidade está nas diferentes formas de registros contábeis de um país para o outro. Havia a necessidade de elaborar demonstrativos contábeis de um país e depois criar adaptações para atender a legislação de outro país, gerando assim um aumento de custo.

De acordo com Deloitte (2007), a globalização da economia mundial, as relações comerciais internacionais para captação de recursos, requer uma harmonização da contabilidade, em virtude das necessidades dos investidores e demais usuários contábeis de informações transparentes, confiáveis, relevantes e comparáveis a outras sociedades.

As diferenças quanto aos aspectos econômicos, políticos e culturais, as práticas empresariais e os riscos inerentes a essa atividade, devem ser considerados no processo decisório de onde e como investir. Nesse sentido, é de suma importância a padronização



contábil entre os países, ensejando normas transparentes e comparáveis em todo mundo (LEITE, 2002).

2.3 PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO INTERNACIONAL

O crescimento das organizações e a complexidade do cenário econômico tem demandado em ritmo acelerado, informações mais claras, em tempo hábil e de relevância para tomada de decisão (CAVALCANTE, 2009).

Portanto, a Contabilidade é a linguagem dos negócios, e as constantes mudanças no cenário econômico mundial e a globalização dos mercados, têm proporcionado um novo desafio - ser instrumento de processo decisório a nível internacional (NIYAMA, 2007).

Iudícibus e Marion (2002), concordam que essa conjuntura econômica propicia a competitividade das empresas em nível global, trazendo desafios e oportunidades para a contabilidade. Segundo Shimidt, Santos e Fernandes (2007), as organizações captam recursos de todo o mundo, efetivando a necessidade de harmonização contábil.

Mediante o crescente fluxo de negócios entre diversos países e sistemas econômicos diferentes, cresce paralelamente também, a necessidade de uma linguagem contábil uniforme em todo o mundo (AVELINO *et al.*, 2010).

Entende-se por harmonização a reconciliação dos sistemas contábeis de cada país, respeitando suas particularidades, de forma a resguardar a interpretação e compreensão das informações (NIYAMA, 2007).

Conforme Weffort (2005), a harmonização contábil pode ocorrer em dois âmbitos: nas práticas (harmonização de fato) e nas normas (harmonização de direito). A harmonização de fato está ligada a uma efetiva aplicação dos procedimentos recomendados internacionalmente nas práticas contábeis locais, enquanto a harmonização de direito refere-se, de modo simplificado, à incorporação, na legislação nacional, do conteúdo das normas internacionais.

Lemes e Carvalho (2009), apontam a utilização de dois termos distintos na abordagem de tal processo: harmonização e convergência. A convergência ocorre no nível dos emissores de normas, enquanto que a harmonização visa aumentar a comparabilidade de relatórios contábeis entre os países.

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2009, p. 33), “a convergência serve de evidência da harmonização contábil”.

Weffort (2005), aponta os prováveis benefícios da harmonização:

1. Maior consistência das informações financeiras entre os países;
2. Redução dos custos para empreendimentos multinacionais;
3. Facilitar o acesso das empresas nacionais ao mercado de capitais estrangeiros, reduzindo o custo da elaboração de demonstrações contábeis;
4. Maiores possibilidades de trabalhos para contadores e firmas de contadores;
5. Auxiliar os países em desenvolvimento, fornecendo-lhes um conjunto de padrões contábeis de qualidade.

Alguns órgãos internacionais como IASB (*International Accounting Standards Board*) – Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, IFAC (*International Federation of Accountants*) – Federação Internacional de Contadores, IOSCO (*International Organization of Securities Commission*) - Organização Internacional de Contadores, e as Nações Unidas,



assim também, o FASB (*Financial Accounting Standards Board*) – Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira, vêm tentando a efetivação do desenvolvimento e divulgação de normas contábeis de qualidade (BARBOSA; DIAS; PINHEIRO, 2009).

As expectativas quanto à adoção do padrão IFRS são grandes, tendo em vista as mudanças expressivas e benefícios para análise econômico-financeira dos negócios, propiciado por uma linguagem comum internacional (CALIXTO, 2010).

O processo de harmonização das normas contábeis ao padrão internacional, contudo, dever ser realizado com cautela, tendo em vista alcançar o objetivo de comparabilidade das informações contábeis, além de manter os próprios princípios fundamentais da Teoria Contábil (LUCENA; LEITE; NIYAMA, 2008).

2.3.1 O Processo de Harmonização no Brasil

Diversos esforços abarcando legislações, procedimentos e ações vêm sendo desenvolvidas com o intuito de fazer com que a contabilidade brasileira esteja em harmonia com as melhores práticas internacionais (COELHO; LINS, 2010).

Órgãos reguladores como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) visam inserir o Brasil no processo de harmonização contábil (BARBOSA; DIAS; PINHEIRO, 2009).

Assim também, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado em 2005 através da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055/05, constituído por membros da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado Financeiro de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), legitima o papel do país na direção da convergência ao padrão internacional (CALIXTO, 2010).

Coelho e Lins (2010) apresentam a seguir as principais mudanças significativas na contabilidade brasileira:

Ano	Evento
2000	Projeto de Lei 3.741, enviado ao Congresso Nacional
2002	Novo Código Civil
2005	Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
2007	Lei 11.638/07 (originada do Projeto de Lei 3.741/00)
2008	Medida Provisória 449/08
2009	Lei 11.941/09 – ratificando Medida Provisória 449/08

Quadro 02: Principais eventos que impulsionaram a Contabilidade no Brasil.

Fonte: Coelho e Lins (2010, p. 16)

No Brasil, afirma Calixto (2010), essa efetivação se deu com a promulgação da Lei nº 11.638/07, que visa a harmonização contábil e convergência ao padrão internacional. Complementa Giroto (2008, p.7), que as alterações na Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 11.638/07, “têm por objetivo a uniformização dos critérios de apuração dos resultados e avaliação patrimonial das empresas”.

Dessa forma, afirmam Costa, Campos e Amaral (2009), no que se refere à escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, a introdução da Lei nº 11.638/07 trouxe mudanças expressivas para todas as sociedades constituídas ou não por ações.

Conforme Giroto (2010), a Resolução CFC nº 1.255/09, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT)19.41 que se aplica às demonstrações para fins gerais de empresas de pequeno e de médio portes, sociedades fechadas e empresas que não têm a obrigação pública de prestar contas, representa um instrumento importante no desenvolvimento das PMEs.

De acordo com Deloitte (2007), as normas brasileiras de contabilidade estão formalizadas, como segue:

1. Lei nº 6.404/76, reformulada pelas Leis nº 11.638/07, aplicável às Sociedades Anônimas;
2. Pronunciamentos emitidos pelo Conselho de Valores Mobiliários (CVM) para companhias abertas;
3. Pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) para todas entidades de forma geral;
4. Pronunciamentos emitidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para instituições financeiras;
5. Pronunciamentos emitidos pela Secretaria da Previdência Complementar (SPC) para fundos de pensão;
6. Pronunciamentos emitidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para seguradoras.

Entretanto, ainda segundo Deloitte (2007), essas normas estão em direção oposta às práticas contábeis adotadas no mundo e não conduzem a demonstrações financeiras e de qualidade.

Sá (2002, p.54), salienta que “o maior desafio na questão dos modelos contábeis para a eficácia, tem sido ainda os conflitos de metodologias e que têm impedido uniformidade de tratamento.”

Para normatizar essas diferenças o principal agente preocupado com a convergência das normas internacionais, *International Accounting Standards Board* (IASB), estabeleceu 2010 como o prazo para dirimir as diferenças internacionais (DELOITTE, 2007).

Diante desse contexto, a harmonização contábil é um processo pelo qual, vários países de comum acordo, realizam mudanças expressivas nos seus sistemas contábeis, tornando-os compatíveis, e respeitando as peculiaridades de cada região (NIYAMA, 2007).

Para Cunha (2010), no que tange à aplicabilidade, as empresas devem buscar investir em treinamento para os profissionais, na identificação dos impactos contábeis decorrentes da adoção da nova regra, e na melhora da gestão dos processos internos separando os aspectos contábeis dos meramente fiscais.

Em contrapartida às exigências desse cenário na contabilidade, o quadro 03 destaca as principais alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09:



ATIVO	PASSIVO	OUTRAS ALTERAÇÕES
Classificação do Ativo em “Circulante” e “Não Circulante”	Classificação do Passivo em “Circulante” e “Não Circulante”	Extinção da classificação das Receitas e Despesas em Operacionais e Não Operacionais
Extinção do grupo Ativo Permanente	Registro dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (leasing)	Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias
Restrição ao longo do exercício de 2008 e extinção, na data de 05/12/2008, do subgrupo “Ativo Diferido”	Extinção do grupo Resultado de Exercícios Futuros	Obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas Companhias Abertas
Criação do subgrupo “Intangível” no grupo do Ativo Não Circulante	Criação, no Patrimônio Líquido, da conta de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”	Criação do Regime Tributário de Transição (RTT)
Proibição da prática da reavaliação espontânea de ativos	Destinação do saldo de Lucros Acumulados	
Aplicação, ao final de cada exercício social, do teste de recuperabilidade dos ativos (teste de impairment)	Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais, anteriormente contabilizadas em conta de Reserva de Capital	
Registro dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (leasing)	Alteração da sistemática de contabilização dos prêmios nas emissões de debêntures, anteriormente contabilizados em conta de Reserva de Capital	
Implantação da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo.	Implantação da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do passivo.	

Quadro 03: Principais alterações da Lei das S.A.

Fonte: Leis 11.638/07 e 11.941/09, adaptado pelos autores.

Conforme Costa, Campos e Amaral (2009), a contabilidade brasileira caminha em direção à adaptação para a convergência das normas contábeis e requer profissionais preparados com conhecimentos necessários das normas internacionais. Diante do contexto apresentado, para que ocorra efetivamente a adaptação e assimilação por parte das empresas, é preciso que o profissional contábil adquira conhecimentos necessários para acompanhar esse processo que é um salto evolutivo para a contabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como classificação metodológica, optou-se pela pesquisa descritiva, bibliográfica, estudo de caso e de levantamento de dados. Para tanto, foram considerados os ensinamentos de Marconi e Lakatos (2003); Yin (2005); Gil (2007); Silva e Silveira (2007); e, Beuren (2009).

Um questionário foi aplicado como instrumento de coleta de dados, a fim de verificar as práticas e a aplicabilidade das normas contábeis na Coocafé mediante ao processo de convergência. Este instrumento abarcou questões sobre a simetria informacional, questões práticas quanto à adaptação, elaboração das demonstrações contábeis e, divulgação e apresentação aos usuários (sócios).



Participaram da pesquisa, os funcionários do departamento contábil/tributário e de controladoria da empresa, além dos gestores, visto que estão diretamente ligados ao processo de elaboração das informações contábeis e no processo de gestão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quanto ao perfil dos respondentes tem-se que: 75% são homens; 37,5% têm entre 31 e 40 anos e 62,5% são casados. Perguntou-se ainda o cargo que ocupa na cooperativa: 12,5% dos respondentes fazem parte da gerência administrativa, outros 12,5% da contabilidade e controladoria, e 75% totalizam as demais funções que dão suporte ao departamento contábil/tributário.

Para Marion (2009), a contabilidade como sistema de informação, destina-se a prover seus usuários de dados para a tomada de decisão e, classifica os usuários internos como sendo gerentes, diretores e funcionários da empresa.

Logo, os usuários internos citados por Marion, foram alvo da presente pesquisa.

Em relação ao tempo que o entrevistado trabalha na empresa exercendo a atual função o que se observou é que 37,5% trabalham na cooperativa entre 5 e 10 anos, e outros 37,5% há mais de 10 anos.

Foi perguntado aos entrevistados como eles têm acesso ao departamento de contabilidade da Coocafé: constatou-se que a maioria dos funcionários 55,6% tem acesso sempre que necessita de informações, e 33,3% tem acesso diário. Observa-se que os funcionários participantes da pesquisa têm facilidade de obter informações contábeis quando necessário.

Quando se perguntou quais demonstrações ou relatórios contábeis são elaborados pela Coocafé, percebe-se que tanto as demonstrações financeiras quanto os relatórios internos da cooperativa apresentados nos gráficos. 1a e 1b, são utilizados pelos usuários que participaram da pesquisa.

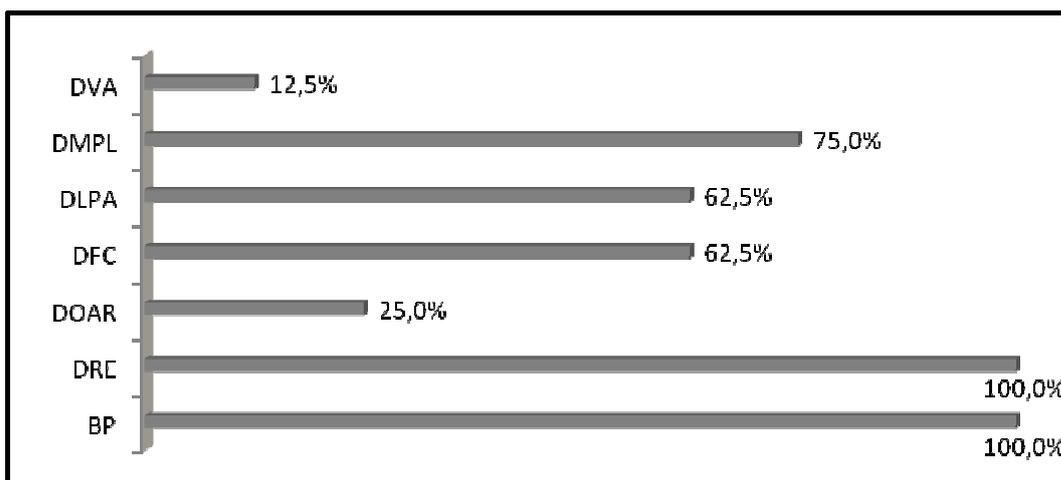


Gráfico 1a: Demonstrações ou relatórios contábeis elaborados na Coocafé

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Constatou-se pelas respostas dos entrevistados que, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício representam cada um 100% das respostas, sendo os dois demonstrativos apresentados a todos os sócios e funcionários em Assembleia Geral

Ordinária (AGO). O gráfico 1a apresenta em percentuais todas as respostas referentes ao acesso às demonstrações e relatórios contábeis.

Marion (2009), reforça que os relatórios contábeis expressam de forma resumida os dados obtidos pela contabilidade em determinado período, apresentando Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado (se companhia aberta) e, Notas Explicativas que complementam as demonstrações.

Mediante ao exposto, é possível perceber que a Coocafé elabora e utiliza todas as demonstrações contábeis, sendo utilizadas pelo departamento contábil/tributário e apresentadas de acordo com as necessidades, aos gestores.

Nota-se que existe contradição em relação ao percentual (12,5%) que aponta a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), como sendo elaborada na Coocafé visto que apenas um respondente marcou essa opção e a empresa, não elabora essa demonstração.

Conforme Iudícibus *et al.*, (2010a), a Demonstração do Valor Adicionado até a promulgação da Lei 11.638/07 não era obrigatória no Brasil, entretanto, com a introdução das alterações na Lei das S.A., tornou obrigatória sua elaboração e divulgação para as companhias abertas.

Pode-se perceber que, mesmo sendo parte do processo de convergência contábil a elaboração da DVA, a contadora da empresa informou que esta demonstração ainda não é prática na Coocafé. Os motivos não foram identificados.

Quanto aos relatórios internos elaborados na cooperativa, o gráfico 1b evidencia que o resultado de exercício de cada loja, estoque de café dos armazéns (MG e ES) e faturamento bruto das unidades correspondem a 100% cada dos relatórios internos. Assim também, os demais percentuais assumem grande relevância.



Gráfico 1b: Demonstrações ou relatórios contábeis elaborados na Coocafé
 Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Esses dados, de acordo com a contadora da Coocafé, são trabalhados em planilhas mais específicas e padronizadas, onde as informações são mensalmente repassadas aos supervisores das filiais e esses, posteriormente repassam as informações contábeis aos seus colaboradores, ensejando o cumprimento de política interna de metas e objetivos.

Nota-se que a Coocafé tem preocupação com a elaboração dos seus relatórios internos uma vez que o menor percentual apontado pelos respondentes é de 75,0% no que tange à elaboração do relatório de acompanhamento dos tributos. Mas vale destacar que essa resposta

pode ter tido o menor percentual, pela falta de conhecimento ou necessidade de se utilizar tal relatório.

Foi questionado aos entrevistados a forma como a cooperativa divulga suas demonstrações contábeis. A pesquisa apresenta que, a forma mais utilizada para transmitir as informações contábeis, é através de Assembleia Geral totalizando 100% das respostas e, 62,5% responderam que também recebem as informações através de reuniões mensais.

Foi perguntado aos entrevistados se estes tinham algum conhecimento sobre o processo de convergência das normas contábeis. De acordo com as respostas, foram obtidos os seguintes percentuais: 75% disseram que sim.

Dando sequência ao propósito do questionamento anterior, foram feitas perguntas relacionadas ao processo de convergência das normas contábeis, a fim de verificar o nível de conhecimento do entrevistado sobre o assunto, conforme apresentado na tabela. 01.

Tabela 01: Conhecimento do entrevistado sobre o processo de convergência

ITENS AVALIADOS	CONHECE	NÃO CONHECE
O Brasil está adotando as normas internacionais de contabilidade	50%	50%
É um processo que objetiva harmonizar as normas contábeis em nível mundial	87,5%	12,5%
Este processo tem como objetivo unificar as demonstrações contábeis	50%	50%
É um processo aplicável somente nas grandes empresas	--	100%
Este processo de adequação da obrigatoriedade de apresentação das Demonstrações Financeiras se aplica às Micro e Pequenas Empresas	--	100%
Para as cooperativas, a convergência está acontecendo de maneira gradual	62,5%	37,5%
Existem muitas empresas que ainda não estão se adaptando às normas	50%	50%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Nesta questão, foram apresentados vários itens que demonstravam conhecimento a respeito do processo de convergência contábil, e observou-se que a maioria dos respondentes, não conhece o referido processo. Nota-se incoerência das respostas visto que quando questionados sobre o conhecimento sem detalhes a respeito do processo de convergência a maioria (75%) dos respondentes, afirmaram ter conhecimento do processo. Quando este foi detalhado, observou-se o contrário.

Quando perguntado como o entrevistado avalia seu conhecimento sobre as mudanças pelo processo de convergência das normas contábeis, observa-se que 50% dos entrevistados possuem certo conhecimento e também uma noção sobre o assunto. Entretanto a maioria não se sente preparado e seguro para atuar.

Ressalta-se também que 12,5% dos respondentes, sentem-se ainda despreparados e com pouco domínio sobre o assunto. Os percentuais obtidos através deste questionamento ultrapassam a 100% devido ao fato de que os respondentes optaram por mais de uma alternativa.

Quando perguntado se a cooperativa investe em treinamentos e programas de especialização, 50% dos entrevistados disseram que sim e os outros 50% que não.

Foi também questionado aos entrevistados se eles já fizeram algum curso de aperfeiçoamento ou qualificação sobre esse assunto. Verificou-se que, 75% dos entrevistados já participaram de algum treinamento e 25% ainda não. Observa-se incoerência nesta resposta visto que 50% responderam anteriormente que a coocafé não investe em treinamentos

Avelino *et al.*, (2010), afirma que é fundamental que o profissional contábil esteja em constante aprimoramento, de forma a fazer dessa atualização uma constante na sua atuação profissional.

Entende-se importante o investimento em treinamento, principalmente no que diz respeito ao tema aqui abordado, considerando sua relevância no âmbito organizacional. Mediante a incoerência apresentada pelos respondentes, surge a dúvida se a empresa está ou não investindo em treinamentos e capacitação da forma devida.

Quando questionado aos entrevistados sobre a percepção de alguma diferença nos relatórios contábeis após a convergência, obteve-se 50% das respostas positivas e os demais 50% apontaram a não observância de diferenças significativas.

Buscando conhecer o grau de importância das alterações contábeis decorrentes do processo de convergência, foram disponibilizadas algumas opções para que os entrevistados enumerassem de acordo com o nível de aplicação nos relatórios contábeis elaborados na cooperativa. Os resultados estão na tabela 02:

Tabela 02: Grau de importância e reflexo na simetria informacional

ITENS OBSERVADOS	MAIS IMPORTANTE	MENOS IMPORTANTE	NÃO RESPONDEU
Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa	33,33%	66,67%	--
Exclusão do Ativo Diferido	--	50,0%	50,0%
Inclusão do Ativo Intangível	12,5%	37,5%	50,0%
Proibição da prática de reavaliação espontânea de ativos	25,0%	--	75,0%
Eventos subseqüentes	25,0%	12,5%	62,5%
Teste de recuperabilidade dos ativos (<i>impairment</i>)	37,5%	12,5%	50,0%
Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado	12,5%	37,5%	50,0%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Onde totalizam 100% nas opções mais importantes e menos importantes é devido ao fato de que alguns respondentes assinalaram apenas 01 opção.

De acordo com Barbosa, Dias e Pinheiro (2009), o processo de convergência até a sua completa assimilação por parte dos usuários das demonstrações contábeis, pode produzir dificuldades na análise financeira em função das mudanças introduzidas na contabilidade. Analisando as respostas apresentadas na tabela 2, justifica-se alguns percentuais em que os respondentes demonstram falta de conhecimento em alguns itens, considerando a abordagem de Barbosa, Dias e Pinheiro.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta aos objetivos propostos pela pesquisa, constatou-se que o departamento contábil/tributário e de controladoria da Coocafé, percebe a importância do processo de convergência das normas contábeis. Nota-se a valorização da contabilidade e sua importância dentro da cooperativa, sendo que a colaboração do contador e controller no processo de tomada de decisão asseguram a transparência e clareza das informações prestadas.

Verificou-se no que tange ao processo de convergência, que a maioria dos participantes da pesquisa detém certo conhecimento teórico sobre a convergência contábil. Entretanto, foi possível constatar que quanto à efetiva prática e aplicabilidade desse processo na cooperativa, ainda, faz-se necessário um aprimoramento dos colaboradores ligados diretamente ao departamento contábil/tributário, para uma atuação mais segura e a altura atendendo as exigências do mercado.

A mudança na prática contábil em virtude do processo de convergência percebida nesta pesquisa foi em relação à substituição da DOAR pela DFC.

De forma geral, observa-se que a empresa sabe da existência do processo de convergência contábil, reconhece os investimentos necessários, mas ainda precisa aprimorar para se adequar integralmente à convergência. Vale destacar que estes resultados corroboram com os resultados obtidos na pesquisa realizada por Guimarães *et al.*, (2010), onde identificaram que os contadores detêm conhecimento teórico a respeito da convergência, faltando, entretanto, conhecimento prático deste processo.

6 REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C. et al. Análise do perfil dos estudantes em Ciências Contábeis e sua relação com o processo de convergência das normas contábeis. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n.182, p.63-77, março/abril 2010.

BARBOSA, J. E.; DIAS, W. de O.; PINHEIRO; L. E. Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v.20, n.4, p.131-153, outubro/dezembro 2009.

BEUREN, I. M. (Org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e pratica. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.195 p.

BRAGA, H. R. Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 238 p.

BRASIL, 2007. Lei nº 11.638 de 27 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em: 06 maio 2011.

_____. 2009a. Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm. Acesso em: 06 maio 2011.

_____. 2009b. Resolução CFC nº 1.152/09 de 23 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1152.htm. Acesso em: 21 maio 2011.

CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS nos países europeus. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 21, n.1, p. 157-187, janeiro/março 2010.

CAVALCANTE, C. H. L. Percepção dos alunos iniciantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis sobre a profissão contábil. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n.177, p.51-63, maio/junho 2009.

CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. Contabilidade e Finanças para não especialistas. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 322 p.

COELHO, C. U. F.; LINS, L. dos S. Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010. 360 p.

COSTA, C. L.; CAMPOS, F. M. de; AMARAL, M. M. Capacitação Profissional: um estudo sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) nas instituições particulares de ensino superior do ABC. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 177, p.77-89, maio/junho 2009.

CUNHA, L. Um Salto para o Futuro. Mundo Corporativo. São Paulo, n. 30, outubro – dezembro 2010. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/MC30.pdf> . Acesso em: 22 maio 2011.

DELOITTE. Normas Internacionais de Contabilidade IFRS. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 260 p.

FAVERO, H. L. et al. Contabilidade: teoria e prática. v. 1. São Paulo: Atlas, 1997. 270 p.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 10.reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 175 p.

GIROTTO, M. Lei nº 11.638/07, a nova lei contábil. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 169, p. 7-9, janeiro/fevereiro 2008.

_____. Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 186, p. 7-23, novembro/dezembro 2010.

GOMES, S. O. Cultura e processo de mudança. Rio de Janeiro: AVM, 2006..

GUIMARÃES, L. M. et al. O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. In: VIII SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2011, Resende-RJ. Anais... Resende-RJ: 19 a 22 de outubro de 2011. CD-ROM ou Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos1/34414356.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2011.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 288 p.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. Revista de Contabilidade e Finanças, USP, julho 2007, volume 18.

IUDÍCIBUS, S. de et al. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010a. 794 p.

IUDÍCIBUS, S. de (coord.); Equipe de Prof. FEA/USP. Contabilidade Introdutória: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010b. 335 p.

LEITE, J. da S. J. Normas Contábeis Internacionais – uma visão para o futuro. Cadernos da FACECA, Campinas, v.11, n.1, p. 51-65, janeiro/junho 2002. Disponível em: http://www.puccampinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/conteudo/pdf/vol11_n1_Normas_Contabeis.pdf. Acesso em: 30 out.2011.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S.GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, maio/agosto 2009.

LISBOA, L. P. (coord.). Ética Geral e Profissional em Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas,1997. 174 p.

LUCENA, W. G. L.; LEITE, D. C. de C.; NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional e os Desafios da Harmonização Mundial. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas/article/viewFile/5/4> Acesso em: 07 set. 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 529 p.

MARQUES, V. A. O Empirismo e a Contabilidade – uma abordagem histórica. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 162, p. 57-62, novembro/dezembro 2006.

NEVES, S. das; VICECONTE, P. E. V. Contabilidade Básica. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Frase Editora, 2004. 516 p.

NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. 1. ed. 4 reimpr.. São Paulo: Atlas, 2007. 165 p.

SÁ, A. L. de. Teoria da Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 400 p.

SILVA, C. A. dos S.; OLIVEIRA, L. M. de, PEREZ JR., J. H. Controladoria Estratégica. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 238 p.



IX SEGeT 2012

**SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM
GESTÃO E TECNOLOGIA**

Tema: Gestão, Inovação e Tecnologia para a Sustentabilidade

SILVA, J. M. da; SILVEIRA, E. S. da. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas. Petropolis, RJ: Vozes, 2007. 207 p.

WEFFORT, E. F. J. O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005. 231 p.

YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.